



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

JANAÍNA VERA DO NASCIMENTO

**COOPERATIVISMO E O DEBATE SOBRE OS DIREITOS DE PROPRIEDADE DOS
ATIVOS ECONÔMICOS**

DOURADOS/MS

2015

JANAÍNA VERA DO NASCIMENTO

**COOPERATIVISMO E O DEBATE SOBRE OS DIREITOS DE PROPRIEDADE DOS
ATIVOS ECONÔMICOS**

Projeto de Monografia apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Professor Dr. Caio Luís Chiariello

Banca Examinadora:

Professora Dr^a Jaqueline
Severino da Costa

Professor Me. Alexandre
de Souza Corrêa

Dourados/MS

2015

COOPERATIVISMO E O DEBATE SOBRE OS DIREITOS DE PROPRIEDADE DOS
ATIVOS ECONÔMICOS

JANAINA VERA DO NASCIMENTO

Esta monografia foi julgada adequada para aprovação na disciplina de Trabalho de Graduação II, que faz parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

Apresentado à Banca Examinadora integrada pelos professores:

Dr. Caio Luís Chiariello

Dr^a. Jaqueline Severino da Costa

Me. Alexandre de Souza Corrêa

A Deus pela oportunidade da vida, pelo ar que respiro, por toda a beleza que meus olhos podem ver, obrigada pela dádiva da vida.

Por todo o conhecimento que ao longo da minha jornada irei adquirir.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela vida a mim concedida, pela oportunidade de poder compartilhar momentos inesquecíveis, com muitas pessoas que por ela passam.

A minha família, minha mãe e ao meu pai que sempre depositaram confiança incondicional, acreditaram sempre em meu esforço e trabalho, aos meus irmãos que apesar de distantes da minha vida cotidiana, estiveram presentes em meu coração.

Aos professores que me acompanharam, nesta jornada, desde muito pequena, não tenho palavras para agradecer, principalmente à professora Isabel Nonato, a qual me dedicou tempo, paciência, para ensinar me a ler e escrever, tenho um carinho muito especial por você professora, e a todos os demais, cada um a seu modo me fez querer aprender, conhecer mais um pouquinho do mundo que tão grande é, e motivar me a querer ser uma pessoa melhor, não sei o que seria de mim sem vocês.

A todos os colegas de trabalho, aliás, em cada lugar em que trabalhei, vocês contribuíram e muito, com aprendizado, informações agregando sempre conhecimento em cada dia vivido, às novas experiências por mim apreciadas, que eu possa sempre levar um pouco de cada um, nas etapas vindouras. Especialmente Rafa, por sempre estar por perto, me auxiliando dando uns puxões de orelha, e as vezes até me enchendo, obrigada!

A família Fischer, Tia Laurinda, Tio Valdecir, Janaina, Juliana, Fernando, desculpem me pelos transtornos, pelas chegadas inesperadas a sua residência, obrigada pelos maravilhosos almoços, sobremesas divinas da tia Lau, por tanta risada solta que damos, me sinto tão acolhida junto a vocês, estar em vossas companhias, é o mesmo que me sentir em casa, Jana, obrigada por ouvir minhas reclamações e problemas, você deveria ser santificada menina, sempre esteve por perto quando precisei, é claro que agradeço principalmente pelos momentos alegres, de risos, de descontração.

Nunca me esquecendo de pessoas maravilhosas como meus colegas de faculdade, Rodrigo, que caiu de para quedas na faculdade, trouxe consigo a alegria e diversão por onde passou, sempre com palavras de conforto, confiança, jamais me deixou desistir, juntamente a Wilian que me mostrou o quanto é importante se amar, como pessoa, pelos cafés, almoços, conversas, nada diferente Rui e Silvio, companheiros de risadas, quando se juntam com Rodrigo, ninguém fica

triste, e fica sabendo de cada coisa que não dá para se imaginar, Ana Paula a encrenqueira da sala, com esse jeitinho teimoso, me ajudou e muito, aliás, nos ajudamos muito e foi difícil foi, mas conseguimos, Anderson mais quieto sempre na dele, sempre disposto a ajudar, obrigada por ceder sua casa em confraternizações da sala, Celso retraído no início, mas mostrou depois como tem um coração valioso, Nayara, como uma boa itaporaense que é, tímida, calada, mas muito esperta, Carol pelas risadas, caronas, obrigada por estar presente na prova final da faculdade e aos demais que mesmo não tão próximos deram sua parcela de contribuição, não esquecerei de vocês jamais.

Aos meus mestres e doutores o que dizer de vocês? Os responsáveis pelo meu amadurecimento dentro da faculdade, o aprendizado diário, os risos, a amizade, companheirismo, que foram de extrema importância para meu crescimento como pessoa e principalmente futura profissional, vou leva-los como exemplo por onde quer que eu vá, minha lady, professora Juliana, tão amada e querida por todos, quero ser como você quando crescer! Professores Pedro, Soraia, Madalena, Alexandre Bandeira, Alexandre Corrêa, obrigada por tudo o que me ensinaram, claro que não me esqueci de você professor Enrique, meu querido professor, adora me chamar de grande economista, como me sinto grande em sua presença, obrigada por fazer parte da minha jornada.

E uma seção separada ao meu orientador, desculpem me os demais, ele merece, mas é que o professor Caio me ajudou muito com esse trabalho, na verdade desde o primeiro dia em que me deu aula eu já sabia que ele seria o escolhido a me orientar, prontamente me ajudou desde a escolha do tema, e me desafiou a fazer este trabalho, foram tantas novidades a mim apresentadas, que eu nem imaginava existir, saiba professor que me interessei muito na área proposta para realização do trabalho e acredito que aqui temos um material bem legal para apreciação dos colegas, espero que o resultado da obra seja satisfatória, e novamente muito obrigada pelo tempo dedicado a mim e ao trabalho, não tenho como agradecer por toda ajuda dada para conclusão desta.

Então vamos lá!

RESUMO

O cooperativismo desde o surgimento na Inglaterra, no século XVIII e passou por muitas transformações, principalmente no que tange aos princípios básicos fundamentados na ajuda mútua e solidariedade. Estes foram disseminado em vários países, inclusive no Brasil, onde vem conquistando espaço cada vez maior. No que tange ao ordenamento jurídico atual das cooperativas, nota-se limitações no que diz respeito aos direitos de propriedades dos ativos, pois segundo a legislação vigente, Lei nº 5764/71, identifica-se que há restrições quando o associado quer dispor de suas cotas partes, em forma de transferências, venda ou cedência desses ativos, restringindo seu direito a propriedade, ou seja, cada associado tem sua cota parte e não pode dela se desfazer. Este estudo busca identificar os pontos de estrangulamento da legislação cooperativista, fazendo um debate contemporâneo de grande relevância, devido as propostas de alteração da legislação vigente, para uma modificação estrutural, organizacional e de gestão das cooperativas. Lembrando que devido a proposta de alteração da legislação cooperativista vigente, pode se ter conflitos na arquitetura desta entidade, por se tratar de alterar toda a base, a origem do sistema cooperativista baseado em seus princípios fundamentais, pois para se tornar competitivo no mercado alguns conceitos terão que ser modificados, e até extintos.

Palavras-chaves: Legislação Cooperativista, Direito de Propriedade, Gestão das Cooperativas.

ABSTRACT

The cooperative since the appearance in England in the eighteenth century and has undergone many changes, especially with regard to the basic principles based on mutual solidarity and help. These were disseminated in several countries, including Brazil, which has gained increasing space. Regarding the current legal system of cooperatives, there is limitations with regard to the rights of property assets, as under current law, Law No. 5764/71, it is identified that there are restrictions when the associated wants to have their quota shares, form of transfers, sale or transfer of these assets, restricting their right to property, ie, each member has its share of and can not discard it. This study seeks to identify the bottlenecks of cooperative legislation, making a contemporary debate of great importance, because the proposals to amend the current legislation to a structural change, organizational and management of cooperatives. Noting that due to amendment of existing cooperative legislation, may have conflicts in the architecture of this entity, because it is changing the whole basis, the origin of the cooperative system based on its fundamental principles as to become competitive in the market some concepts They will have to be modified and even extinct.

Keywords: Cooperative Law, Property Law, Management of Cooperatives.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Evolução do número de cooperativas do Sistema OCB de 2001 a 2013.....	25
Figura 2. Evolução do número de cooperados do Sistema OCB de 2001 a 2013.....	26
Figura 3. Evolução do número de empregados no Sistema OCB de 2001 a 2013.....	27
Figura 4. Projeção do número de cooperados do Sistema OCB até 2016.....	28
Figura 5. Número Cooperativas por Regiões no Sistema OCB em 2010;2011;2012; 2013....	29
Figura 6. Número Cooperados por Regiões do Sistema OCB em 2010;2011;2012;2013.....	30

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de Cooperativas por Ramos.....	31
Tabela 2 – Número de Cooperados por Ramos.....	33
Tabela 3 – Número de Empregados por Ramos.....	35
Tabela 4 – Principais diferenças entre Cooperativa e Empresa Privada.....	40
Tabela 5 – Ramo Agronegócio – 51 cooperativas integrantes entre as 400 maiores empresas do agronegócio, em vendas.....	41
Tabela 6 – Market Share das instituições financeiras brasileiras* - base dez/2014.....	44
Tabela 7 – Market Share das instituições financeiras brasileiras* - base dez/2013.....	44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras

OCB/MS – Organização das Cooperativas do Brasil / Mato Grosso do Sul

SICCOOB – Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas

SAs – Sociedades Anônimas

“Todo nosso conhecimento tem princípio nos sentimentos.”

(Leonardo da Vinci)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
1.1. Justificativa.....	16
1.2. Problema da Pesquisa.....	17
1.3. Objetivos.....	17
1.3.1. Geral.....	17
1.3.2. Específico.....	17
1.4. Metodologia.....	17
CAPÍTULO 1: ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO COOPERATIVISMO NO BRASIL.....	18
2. COOPERATIVISMO.....	18
2.1. Origem e evolução do cooperativismo no Brasil.....	19
CAPÍTULO 2: OS DIREITOS DE PROPRIEDADE DOS ATIVOS NAS SOCIEDADES COOPERATIVAS E NÃO COOPERATIVAS.....	36
2.2.Regulamentação cooperativista.....	39
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
REFERÊNCIAS.....	49

1. INTRODUÇÃO

De acordo com Pinho (2009) as principais tendências do cooperativismo são o incremento do nível de cooperação, a ampliação e o fortalecimento da concorrência, o enxugamento das estruturas, a questão do tamanho ideal, as fusões de cooperativas, o redirecionamento da estrutura de poder, a consolidação da qualidade total, a aceleração da evolução tecnológica, a redução do ciclo de vida dos produtos, serviços e negócios, bem como do desperdício, a globalização das atividades das cooperativas, o contexto ecológico e a profissionalização dos cooperados e das cooperativas.

Neste trabalho, será feita a relação entre o direito de propriedade e os ativos das cooperativas em paralelo com as sociedades de capital aberto, quais os impactos no campo econômico e social, mediante proposta de alteração na legislação do cooperativismo.

E ainda, de acordo com Pinho (2009), será apresentada a diferença da constituição jurídica das cooperativas e das empresas em geral e qual a vantagem ou desvantagem causada pela distinção do marco jurídico.

Para isso, visa obter um modelo de gestão que não se baseie somente na legislação, pois as vantagens obtidas e a benevolência do governo aos poucos vão se perdendo no decorrer do tempo e consolidar uma nova “maneira de administrar seus recursos e negócios, e também atuar no mercado competitivo” (PINHO, 2009, p. 04).

Historicamente, segundo Oliveira (1979), o cooperativismo, em sua origem na linha de pensamento mais primitiva, mostra que o sentimento de ajuda mútua existiu desde os primórdios, não da forma que se conhece hoje, mais aprimorada, com regras. Mas sim com laços de cooperação entre os povos antigos, um modo que sem o qual naquele momento agrupamentos humanos não sobreviveriam, afirmando que as pessoas podem contribuir para uma sociedade melhor, utilizando a cooperação.

Segundo Chiariello (2008), as cooperativas e associações de produtores e/ou trabalhadores, são entidades que recebem a missão, por parte de seus associados, de desenvolver um conjunto de atividades que venham a beneficiá-los, uma vez que executadas separadamente tais atividades se mostrariam onerosas.

Notoriamente a complexidade da estrutura cooperativista, trata-se de união de fatores econômicos, atualmente, não mais necessariamente pela união para sobrevivência, pela necessidade humana, pela solidariedade, como um dos princípios originais do cooperativismo, mas sim com caráter mercantil, a evolução da entidade levou-a ter uma grande incidência desta na economia e um crescimento expressivo em diversos segmentos (OCB, a).

Conseqüentemente, demonstra-se as vantagens que o cooperativismo proporciona: vantagens na compra, na produção, na venda, para todo entorno social. Para se constituir uma cooperativa é necessário que se tenha um número mínimo de 07 sócios, o estatuto pelas regras da associação, uma Assembleia dada mediante aprovação do estatuto e eleição de uma direção, deve se conter também inscrição junto ao cartório de registros de títulos e documentos, inscrição na Receita Federal e emissão de CNPJ, inscrição na Junta Comercial e OCB, e o livro de atas (Lei nº 5764/71).

Torna-se necessário para a administração das pessoas que visam o bem comum a regulamentação, um meio de consulta, para auxílio, padronização e constituição da entidade, caracterizando objetivos econômicos e sociais comuns a todos os membros.

Expandindo os benefícios para a sociedade, em observância as possíveis modificações na lei para melhorias, na sociedade cooperativista, como hipótese, se os cooperados pudessem transacionar e migrar o seu capital para outros ramos de negócios, como se faz na sociedade de capital aberto. E atentar aos principais problemas de gestão das cooperativas, como Pinho (2009) demonstra que são:

- Falta ou esquecimento da educação cooperativista por parte dos cooperados – considera-se que a falta de otimizado nível de educação cooperativista, pela falta de condições tecnológicas, comerciais, financeiras, o tamanho da cooperativa, são entraves para enfrentar os fortes concorrentes que estão cada vez mais atuantes no mercado.

- Falta de cooperação entre as cooperativas quanto a suas atividades e a seus negócios – dificuldade em estruturar e operacionalizar a interação administrativa e de negócios entre diferentes cooperativas, quer pertençam ou não ao mesmo ramo de atuação é outro problema bastante serio que está prejudicando a gestão e o processo evolutivo das cooperativas.

- Inexistência de adequados modelos de gestão nas cooperativas, inclusive com significativa falta de aplicação de modernos instrumentos alternativos.

- Aplicação de modelos de gestão muito centralizados, consolidando uma administração presidencialista, que pode levar a problemas administrativos e a resultados operacionais inadequados – as cooperativas devem aplicar modelos de gestão voltados para resultados cooperados e compartilhados, bem como sustentados em inovação, criatividade e diferencial competitivo.

- Não saber trabalhar, adequadamente, com concorrência, a qual se torna, de forma gradativa e acumulativa, cada vez mais forte e atuante – considera-se o cenário de extinção de várias cooperativas, não fazem análises estruturadas dos concorrentes, não identificam as vantagens comparativas em relação ao mercado, aos concorrentes e nem sua própria vantagem competitiva.

- Confusão ente “propriedade de gestão” e “propriedade da cooperativa” – basicamente a propriedade da cooperativa é dos cooperados, ou seja, são os cooperados que têm a cooperativa, e não a cooperativa que têm os cooperados.

Em se tratando da legislação, como Bialoskorsky (2004) apresenta-a defasada em diversos pontos, principalmente ao que diz respeito aos ativos econômicos a falta de transacionabilidade, em conjunto aos problemas de gestão das cooperativas relatadas por Pinho (2009), desfavorecem a arquitetura cooperativista, vista que para se alavancar no mercado necessita-se de abertura de capital, motivo este pelo qual as cooperativas se encontram em um vácuo jurídico.

1.1.JUSTIFICATIVA

Pelo cooperativismo ser regido pela Lei nº 5,764/71, específica e defasada, de acordo com os moldes atuais, o estudo servirá para maior conhecimento sobre os direitos de propriedade sendo este objeto de estudo, e que é elemento central de um debate contemporâneo acerca da possível modificação no que diz respeito às quota-parte dos cooperados, em suma, o direito à propriedade dos ativos das cooperativas. Compreender este debate contemporâneo para visualização posterior de seus desdobramentos justifica a iniciativa de realizar este estudo.

1.2. PROBLEMA DA PESQUISA

O problema chave da discussão está na reflexão sobre o direito de propriedade dos ativos das cooperativas em relação à Lei nº 5.764/71 e as divergências entre as sociedades de capital aberto e as cooperativas.

1.3. OBJETIVOS

1.3.1. GERAL

Analisar o cooperativismo sobre os aspectos econômicos e sociais dando ênfase à sua regulamentação, especialmente no que tange ao direito de propriedade dos ativos das cooperativas.

1.3.2. ESPECÍFICO

- I. Fazer uma análise histórica do surgimento e funcionamento do cooperativismo;
- II. Analisar as diferentes modalidades de estrutura de capital de organizações privadas (empresas de capital) e cooperativas;
- III. Apontar o ganho e a perda no que tange a alteração do marco jurídico, do ponto de vista econômico e social, principalmente no que diz respeito ao direito de propriedade dos ativos das cooperativas.

1.4. METODOLOGIA

O método utilizado neste trabalho será o indutivo, formulado por uma análise descritiva com dados secundários, ou seja, será realizado um estudo exploratório e descritivo, com documentação indireta

Os dados utilizados nesta revisão foram retirados para a pesquisa, basicamente, de livros, teses, artigos, e banco de dados da OCB (Organização das Cooperativas do Brasil), OCB/MS (Organização das Cooperativas do Brasil / Mato Grosso do Sul), SICOOB (Sistema

de Cooperativas de Crédito do Brasil), no período de 2001 a 2013, nos próprios sites de referência das cooperativas, sendo OCB; OCB/MS.

CAPÍTULO 1

ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO COOPERATIVISMO NO BRASIL

2. COOPERATIVISMO

Nos capítulos seguintes será feita uma análise da arquitetura cooperativista, de sua origem na Inglaterra, seus princípios e transformações no decorrer da ascensão do modelo, migrando para o Brasil, e também como a legislação que rege essa entidade influencia em atraso ou melhoramento na arquitetura organizacional atual, colocando em paralelo a natureza jurídica, forma e tipos de controle dessa contrastando com a do Terceiro Setor, das Sociedades Anônimas e das Sociedades Limitadas.

2.1. ORIGEM E EVOLUÇÃO DO COOPERATIVISMO NO BRASIL

Segundo Gide (Apud OLIVEIRA, 1979), a ascendência da cooperação está na própria origem da humanidade no seu modo de ser, de viver e de agir diante das necessidades vitais. Desde as nações mais primitivas como, por exemplo, o povo romano havia uma forma de economia coletiva, nos babilônios uma organização de arrendamento da terra, e nos germânicos a vida no campo se desenvolveu nos moldes cooperativistas.

Estudos apontam que o marco inicial ocorre na Inglaterra, no processo da Revolução Industrial no século XVIII onde surgiram os ideais do cooperativismo. Inspirado pelos pensadores Charles Fourier e Robert Owen os operários começaram a buscar alternativas e em meio a toda a desordem do período em que estavam passando em dezembro de 1844 criaram a sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale a primeira cooperativa de consumo, moderna composta por 28 tecelões (OLIVEIRA, 1979).

No entanto:

[...] A cooperativa de Rochdale, com o intuito de distinguir-se de uma empresa capitalista, se comprometeu com adoção de princípios básicos: a) governo democrático, onde cada sócio tenha direito a um voto; b) sociedade aberta, permitindo

o ingresso de qualquer um à cooperativa mediante a integração de uma quota mínima de capital, para que as relações de trabalho se dessem entre cooperados, sem a adoção de assalariamento; c) compromisso de investir parte do excedente, remunerado a uma taxa de juros mínima; d) distribuição do excedente proporcional à aquisição, pelos sócios, de produtos da cooperativa, estimulando o consumo dos seus próprios produtos e a dinâmica econômica interna; e) vendas à vista; f) venda de produtos puros e de boa qualidade; g) desenvolvimento da educação baseada em princípios cooperativos; h) neutralidade política e religiosa [...] (CHIARIELLO, 2008 p. 18).

Logo, esse modelo se espalhou para os demais países, principalmente Alemanha e Itália. Observando-se a aplicabilidade desse modelo de consumo e trabalho como válido e consolidou os principais princípios morais do cooperativismo utilizados até hoje segundo a OCB:

Adesão Livre e Voluntária: As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminação de sexo, ou de ordem social, racial, política e religiosa. Este princípio visa garantir a liberdade de associação dos membros.

Participação Econômica dos Membros: Os sócios contribuem igualmente para formar o capital das suas cooperativas e controlam esse capital democraticamente. Os membros destinam os excedentes das seguintes forma:

- a) desenvolvimento da cooperativa, formando fundos de reserva, alguns indivisíveis;
- b) benefício aos associados na proporção de suas operações com a cooperativa;
- c) apoio a outras atividades aprovadas em Assembleia.

Gestão Democrática pelos Sócios: As cooperativas devem ser organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que devem participar ativamente na formulação de suas políticas e na tomada de decisões. Este princípio visa garantir o controle comunitário da organização pelos seus membros, sem discriminação. Em geral, os membros têm o mesmo direito de voto, ou seja, cada associado tem direito a um voto.

Autonomia e Independência: Cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros. Se estas firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou se recorrerem a capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros, mantendo sua autonomia.

Educação e Formação: as cooperativas devem promover a educação e a formação dos seus membros, de forma que estes possam contribuir para o desenvolvimento do

empreendimento. Devem informar ao público em geral, sobre a natureza e as vantagens da cooperação. É importante que a educação possibilite a formação da consciência de novos membros das cooperativas para que isso fortaleça a organização e os valores da comunidade.

Inter cooperação: este é o princípio de cooperação entre cooperativas. O ideal cooperativo deve ser estendido às relações com outras organizações e, assim, trabalhar em conjunto através de estruturas locais, regionais e internacionais. Dessa forma, as cooperativas podem servir de forma mais eficaz aos seus membros e dar força ao movimento cooperativo. A partir da interoperação é possível discutir e expandir mundialmente o cooperativismo.

Ao longo da trajetória do cooperativismo, os empreendimentos se desdobraram atuando em diversos ramos, ligados tanto à produção de gêneros primários, produção industrial e prestação de serviços. A diversificação da atuação das cooperativas aponta para a participação desta modalidade de ação coletiva abrangendo as mais variadas atividades econômicas (OCB, a).

De acordo com a finalidade com que são criadas, as cooperativas classificam-se em segmentos. No Brasil, a OCB adequa o quadro de nomenclaturas dos segmentos cooperativos às exigências atuais do mundo do trabalho, os principais ramos são:

Agropecuário: Constituído por cooperativas cujos associados desenvolvem qualquer cultura ou criação rural. É o segmento com maior número de cooperativas em nosso país.

Consumo: Constituído por cooperativas de abastecimento cujas atividades consistem em formar estoques de bens de consumo (alimentos, roupas, medicamentos e outros artigos), para distribuição ao seu quadro social em condições mais vantajosas.

Crédito: Constituído por cooperativas que reúnem poupanças de seus cooperados para benefício destes, realizando empréstimos a juros mais baixos que os praticados pelos bancos comerciais. Podem ser de crédito rural e de crédito urbano.

Produção: Constituído por cooperativas em que os meios de produção, explorados pelos associados, pertencem à cooperativa. Os cooperados são o seu quadro social, funcional, técnico e diretivo.

Trabalho: Constituído por cooperativas cujo quadro social é formado por diversos tipos de profissionais que prestam serviços a terceiros. É o segmento que mais cresce atualmente – e o que apresenta maiores distorções legais.

Educacional: Congrega empreendimentos cooperativos que têm como objetivo a educação nos estabelecimentos de ensino ou sua manutenção. Normalmente, seu quadro social é formado de professores e pais de alunos.

Especial: visam o desenvolvimento e maior integração social de seus associados, expostos à problemas de integração na sociedade ‘dita normal’.

Habitacional: visam proporcionar a seus cooperados a aquisição de moradia, através de atividades de construção, manutenção e administração de conjuntos habitacionais.

Saúde: Constituído por cooperativas de médicos, odontólogos, psicólogos que prestam atendimento à população, a preços mais acessíveis que os oferecidos pela iniciativa privada.

Existem também as modalidades de Cooperativas, sendo elas, segundo a OCB:

Cooperativas de primeiro grau: são organizações formadas por produtores, trabalhadores, fornecedores, enfim, por responsáveis diretos pela atividade-fim da cooperativa. As cooperativas de primeiro grau caracterizam-se pela identidade entre seus sócios. Ex.: cooperativas de produtores agrícolas; cooperativas educacionais; cooperativas de crédito.

Cooperativas de segundo grau: formadas pela coalizão de cooperativas de primeiro grau, que se unem sob uma organização maior e que represente os interesses das cooperativas individualmente. Geralmente agregam cooperativas que atuam no mesmo segmento e que adquirem vantagens pela coalizão, como acesso a financiamentos e melhores condições de compra de insumos e venda de produtos (ganhos de escala). Ex.: Cooperativas que atuam em grandes regiões.

Todas as especificações tem por finalidade realizar benefícios pecuniários, melhorar a condição doméstica e social dos membros, na gênese, naquele momento, abriu-se um pequeno armazém que comprava e revendia produtos a preços mais competitivos, além de comprar ou construir casas, fabricar artigos e adquirir ou arrendar terras para proporcionar trabalho aos membros que não tinham ocupação, os princípios da entidade, toda a arquitetura formulada serve para dar sustentação, e trazer para a atualidade a essência do cooperativismo (OLIVEIRA, 1979).

De tal modo como Chiariello (2008) coloca as experiências das comunidades owenistas e das cooperativas operárias que provocaram a criação de cooperativas em diversos países e o incentivo às práticas associativas. Essas experiências deixaram um legado de organização

econômica e política dos trabalhadores, ocasionando sua resistência frente à exploração pelas empresas capitalistas. Por outro lado, demonstraram a fragilidade da constituição de um coletivo baseado em um projeto particular, como no caso das aldeias cooperativas, ou no crescimento econômico, como no caso dos pioneiros de Rochdale.

A união de trabalho e capital dará resultados que serão divididos de acordo com a cota parte de cada cooperado. Ou seja, cada um faz sua parte, recebe por ela e todos aproveitam o resultado, decidem em conjunto para interesse de todos. Pode ser uma boa solução para os problemas de desenvolvimento econômico, bem-estar, atendendo a necessidade do grupo e não o lucro em si (SICCOOB).

Em se tratando do movimento cooperativista no Brasil, é possível identificar pelo menos três modalidades diferentes de cooperativas. Segundo Motchane (2007), trata-se das cooperativas populares, tradicionais e as fraudulentas seguem algumas de suas características:

Cooperativas populares são aquelas inseridas na economia solidária, nas quais possuem as estratégias de gestão em que suas atividades têm foco nas localidades em que se encontram, priorizando ações de aproximação dos agentes formando redes locais. Racionalidade econômica submetida à racionalidade social, a forma de propriedade dos meios de produção é coletiva da terra e dos meios de produção e de trabalho, indivisibilidade dos fundos de reserva, o trabalho (e não capital) como elemento fundamental, as formas de acesso ao crédito permite o desenvolvimento social e econômico da cooperativa.

É fundamental o acesso a linhas de crédito oficiais e a formação de cooperativas de crédito, há democracia interna devida a prática da autogestão, em que o planejamento e a execução das atividades são feitos coletivamente. Assembleia Geral representando efetivamente as demandas do coletivo. Exercício da democracia sem negligenciar a eficiência das atividades. Já a organização do trabalho observa-se que os trabalhadores são politécnicos, aptos a exercer atividades de planejamento, administração e execução. Rodízio de funções. Critérios democráticos para a distribuição das sobras. Compromisso com os resultados econômicos e com a solidariedade.

As cooperativas convencionais ou tradicionais, chamadas de cooperativas capitalistas, são organizações cujos associados buscam a acumulação de capital, a partir do desenvolvimento de atividades cooperativas, em geral de trabalho e produção, inseridas na lógica empresarial, buscam a melhoria da conjuntura econômica dos associados.

Visam a substituição dos intermediários, conseguindo melhores preços e atuando como forma organizada para produção de bens, produtos e serviços. Cooperativas de produtores agrícolas, de trabalhadores, de bancos, de crédito, entre outras, se distingue em alguns pontos da cooperativa popular, onde as estratégias de gestão ocorrem pela aproximação da gestão das cooperativas da performance das empresas do agronegócio, a forma de propriedade se dá pela modificação da legislação para que os direitos sobre os ativos (quotas) sejam transacionáveis.

Sobras distribuídas em proporção ao capital investido, como em uma S.A. o acesso aos financiamentos, as linhas de crédito oficial e captação de recursos mediante formação de cooperativas de 2º grau ou aquisição de empresas, formando S.As. para alavancar recursos no mercado financeiro, a democracia interna composta pela Assembleia Geral que é o órgão deliberativo.

A gestão compete ao conselho administrativo dos sócios, orientado por profissionais contratados, também responsáveis pela execução das atividades, no que diz respeito a organização do trabalho, heterogestão, com relação de assalariamento nas atividades de planejamento, administração, comercialização e produção. Seleção de cooperados eficientes e competitivos.

Essas denominadas cooperativas capitalistas, historicamente muito presentes nas atividades rurais, geralmente estão ligadas à produção de *commodities* em grande escala e fortemente inseridas no mercado internacional. Também realizam suas atividades produtivas voltadas para a lógica da acumulação de riquezas privadas, ainda que configuradas sob o arco legal de empreendimento cooperativo.

E, finalmente, das cooperativas fraudulentas ou falsas cooperativas, que são na verdade apêndices de empresas capitalistas. Na década de 1990 houve um crescimento de cooperativas de trabalho na agroindústria brasileira, em um contexto de precarização das relações de trabalho. Seus administradores, os ‘gatos’ se utilizaram da legislação vigente para obterem vantagens sobre os trabalhadores que compõem a organização, em detrimento do espírito cooperativo. A crise da agricultura começava a ser sentida no setor citrícola. Grandes indústrias do setor, ao sentirem o reflexo da crise, foram pressionadas a reduzir custos.

As primeiras experiências do cooperativismo brasileiro segundo Chiarielo (2008) remontam à criação, em 1887, da Cooperativa de Consumo dos Empregados da Companhia Paulista, em Campinas-SP, seguida pela fundação da Associação Cooperativa dos Empregados

da Companhia Telefônica, em 1891, na cidade de Limeira/SP, e da Cooperativa de Consumo de Camaragibe, no Estado de Pernambuco, em 1894. A partir de 1902, surgiram às primeiras experiências das caixas rurais, no Rio Grande do Sul e, em 1907, foram criadas as primeiras cooperativas agropecuárias em Minas Gerais.

Seguindo a mesma linha do autor, as primeiras cooperativas de consumo foram organizadas por grandes proprietários rurais e agrícolas pelo Ministério da Agricultura, com o objetivo de fomentar a atividade no campo. Outras cooperativas foram constituídas por fazendeiros e usineiros ricos, que se associavam para facilitar a sua própria produção.

Até 1930, o cooperativismo no Brasil caminhou muito lentamente. No Governo Vargas o cooperativismo estava na pauta da política agrícola nacional, como forma de defender a produção em pequena propriedade, estimulando o desenvolvimento do mercado interno. O Estado passou a promover um novo modelo de desenvolvimento agrícola para o abastecimento dos centros urbanos, utilizando-se do incentivo financeiro às cooperativas.

A partir de 1966, o Estado intensificou a intervenção junto às cooperativas, exigindo autorização prévia para o seu funcionamento. Em 1969 foi criada a OCB, em 12 de dezembro de 1971 foi promulgada a Lei 5.764 em dezembro de 1971, responsável por regular a atividade cooperativa. A partir da Constituição de 1988, a criação das cooperativas passou a independer da autorização oficial, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento. O papel do Estado foi restrito aos incentivos gerais, deixando de regular a gestão propriamente dita das cooperativas.

Observa-se então no Brasil, desde meados da década de 1980, um significativo número de trabalhadores passaram a se organizar democrática e igualitariamente em empreendimentos econômicos solidários, nos meios urbano e rural. Esses empreendimentos, notados inicialmente como locais de assistencialismo ou pré-políticas, mostraram potencial para “[...] revigorar as energias de setores populares excluídos, de emancipação e apropriação de tecnologias produtivas e organizacionais” (EID apud CHIARIELLO, 2008, p. 4).

De maneira simplificada, observa-se mediante representação gráfica, alguns dados coletados do Sistema OCB, para melhor visualização do quadro das cooperativas e sua evolução:

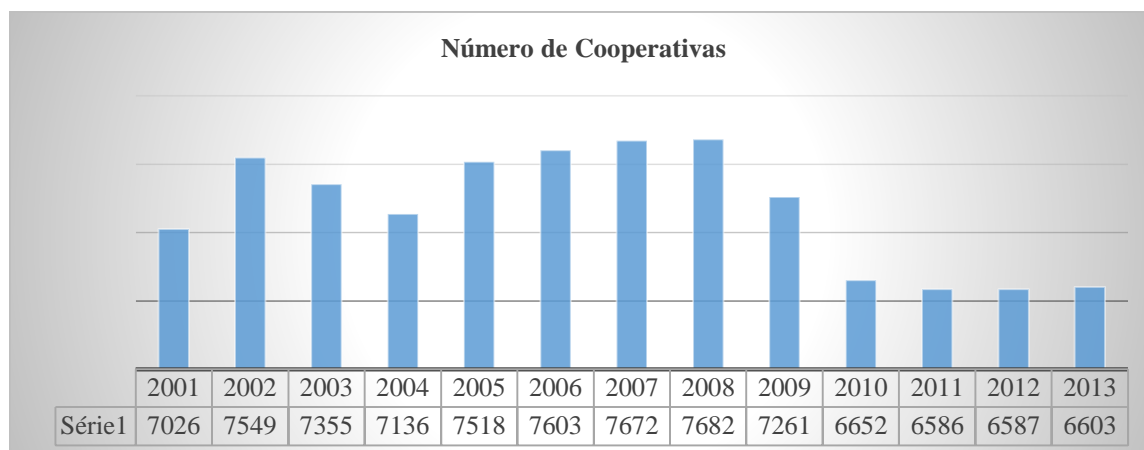


Figura 1: Evolução do número de cooperativas do Sistema OCB de 2001 a 2013.

Fonte: Elaboração própria autora (2015).

Notando assim na figura 1, o crescimento do número de cooperativas cadastradas no Brasil pelo Sistema OCB até 2008, após este período verifica-se uma queda, explicada pela junção de cooperativas de primeiro grau, composta por pequenos produtores, a grande maioria das organizações formadas por produtores, trabalhadores, fornecedores, enfim, por responsáveis diretos pela atividade-fim da cooperativa

Nos momentos de retração ou estagnação elas unem-se formando as cooperativas de segundo grau, ou seja, ela não aumenta em quantidade podendo reduzir ou simplesmente estacionar o número de cooperativas, estas são formadas por fusões de cooperativas de primeiro grau, que se unem sob uma organização maior e que represente os interesses das cooperativas individualmente.

Geralmente agregam cooperativas que atuam no mesmo segmento e que adquirem vantagens pela coalizão, como acesso a financiamentos e melhores condições de compra de insumos e venda de produtos assim não se aumenta em número, mas em estrutura interna das cooperativas existentes, a arquitetura amplia-se comportando vários segmentos, processamentos em uma dada cooperativa (CHIARIELLO, 2008).

No que diz respeito ao número de cooperados, na figura 2, observa-se crescimento ao passar dos anos, representando um acréscimo na quantidade de associados em vários segmentos cooperativados, ou seja, mais pessoas estão aderindo as cooperativas como forma de empreendimento.

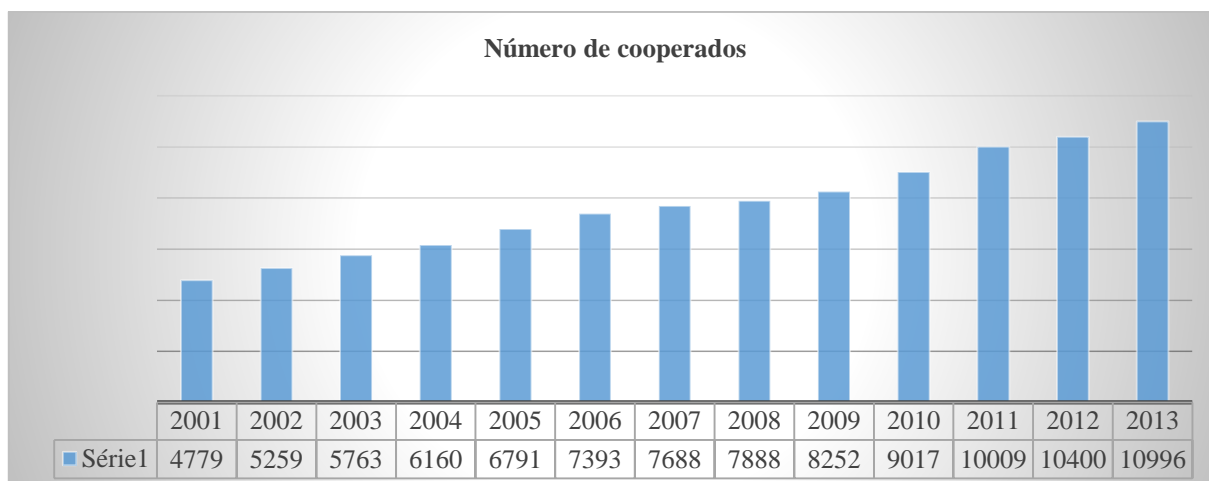


Figura 2: Evolução do número de cooperados do Sistema OCB de 2001 a 2013

Fonte: Elaboração própria autoria (2015).

O cooperativismo tem se solidificado como fonte de renda e inserção social a um número maior de pessoas. Os indicadores do Sistema OCB confirmam essa tendência. Observando de 2001 até 2013 se tem um aumento significativo em 12 anos, mais que dobrou o número de cooperados, ou seja, teve-se aumento de 130% no final de 2013 em relação a 2001, e estima-se que este número aumente cada vez mais. Seguindo a linha de tendência espera-se que o número de cooperados chegue a 12 milhões de cooperados até 2016 (OCB c).

Ainda que há restrições no modo de transacionar os ativos econômicos das cooperativas, o número de cooperados tendem a aumentar, devido as vantagens que a arquitetura cooperativista proporciona (OCB, c).

Com a expansão das cooperativas, levando em consideração a abertura e fusões, nota-se que o número de empregados também aumenta devido a necessidade de mão de obra para realizar as atividades afim de cada segmento cooperativado, como aparece na figura 3.

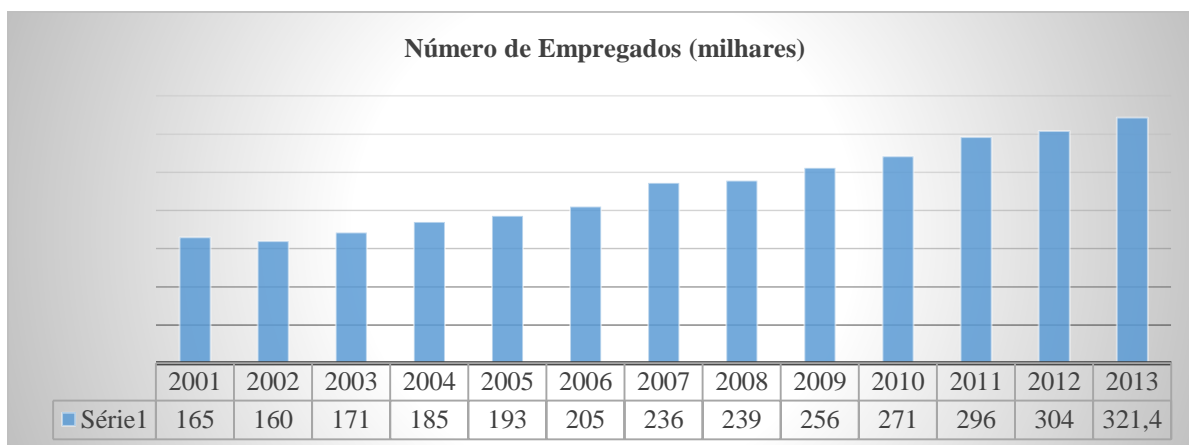


Figura 3: Evolução do número de empregados do Sistema OCB de 2001 a 2013.
Elaboração própria

Com abertura de cooperativas de primeiro grau e fusões de cooperativas formando as de segundo grau no Brasil, há uma crescente na geração de empregos a importância da geração de trabalho e renda desde o início no cooperativismo foi incitada mediante a situação em que as classes menos favorecidas se encontravam, a insatisfação com os empregadores, forçaram trabalhadores a se unir em prol do bem comum, ajuda mútua, solidariedade, com o passar dos anos tomaram grande proporção expandindo não somente aos associados mas gerando assim os empregos, suscitando trabalho e renda, dando racionalidade econômica e social, contribuindo para a economia do país.

Em relação ao número de empregados no sistema cooperativo, nota-se crescimento, com o passar dos anos, tomando como base o ano de 2001, em que o número de empregados era de 165 mil empregados e comparando com o ano de 2013 em que existem 321,4 mil empregados acredita-se que, o número de empregados do sistema cooperativista possa ter dobrado. Uma vez que, o aumento no número de empregados, entre 2001 e 2013, foi de 94%, devido ao progresso das cooperativas.

A tendência é que a arquitetura cooperativista aumente ainda mais, em relação ao número de cooperativas, associados, empregados, deixando disponível para a sociedade bens e serviços por elas produzidos, com preços competitivos no mercado, levando em consideração a proposta de alteração da legislação vigente, onde os ativos dessas entidades poderão ser transacionáveis no mercado concorrencial.

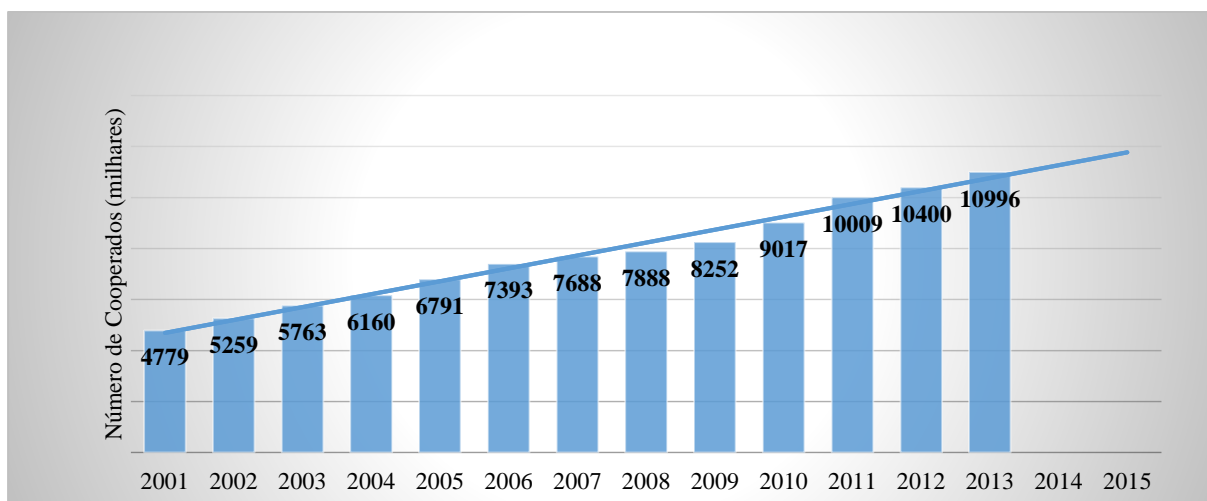


Figura 4: Projeção do número de cooperados do Sistema OCB até 2015.

Fonte: Elaboração própria autora (2015).

Conforme a projeção do número de cooperados até 2015, mostrado na figura 4, as estimativas segundo a OCB, visam cerca de 12 milhões de cooperados, número este que vem aumentando ao passar dos anos, estimulando e fortificando a arquitetura cooperativista. Reforçando que mediante a alteração da legislação vigente, o número de cooperados poderá ser maior, devido a proposta de transacionalibilidade dos ativos econômicos das cooperativas.

Analisando os números de 2001 à 2013 observa-se um crescimento no número de cooperados, não havendo em nenhum momento recessões em relação ao número de cooperados em toda a série. Portanto, e com estudos desenvolvidos pela OCB, espera-se uma tendência que, posteriormente, confirmará um aumento em números de cooperados até 2016.

Com base em dados históricos, é possível observar, uma presciência do comportamento dos números de associados e empregados, há o abalanzamento de que o número de cooperados atingirá 12.000.000 (doze milhões) e o de empregados, 353.000 (trezentos e cinquenta e três mil), até 2016 (OCB, 2011; 2013).

Quanto ao número de cooperativas, a perspectiva é de manutenção do número atual de aproximadamente 6.603 (seis mil seiscentas e três) sociedades, em função das mutações do mercado e do segmento de cooperativas, que vem apresentando o movimento de aglutinação, pode-se afirmar que a redução do número de cooperativas, a princípio, poderia levar a um entendimento equivocado de contração do segmento. Na verdade, revela-se um movimento de ganho de produtividade e qualidade, em que algumas cooperativas estão se

unindo, em processos de fusão e incorporação, para melhorar sua competitividade no mercado (OCB, 2011;2013).

Em termos de regiões geográficas, na figura 5, o destaque é para a região Sudeste, bem superior as demais, e em cada um dos anos, 2010; 2011; 2012 e 2013 seus números aumentaram, seguido pela região Nordeste que possui números bem próximos aos do Sudeste, conseguinte o Sul, Norte e por fim o Centro Oeste.

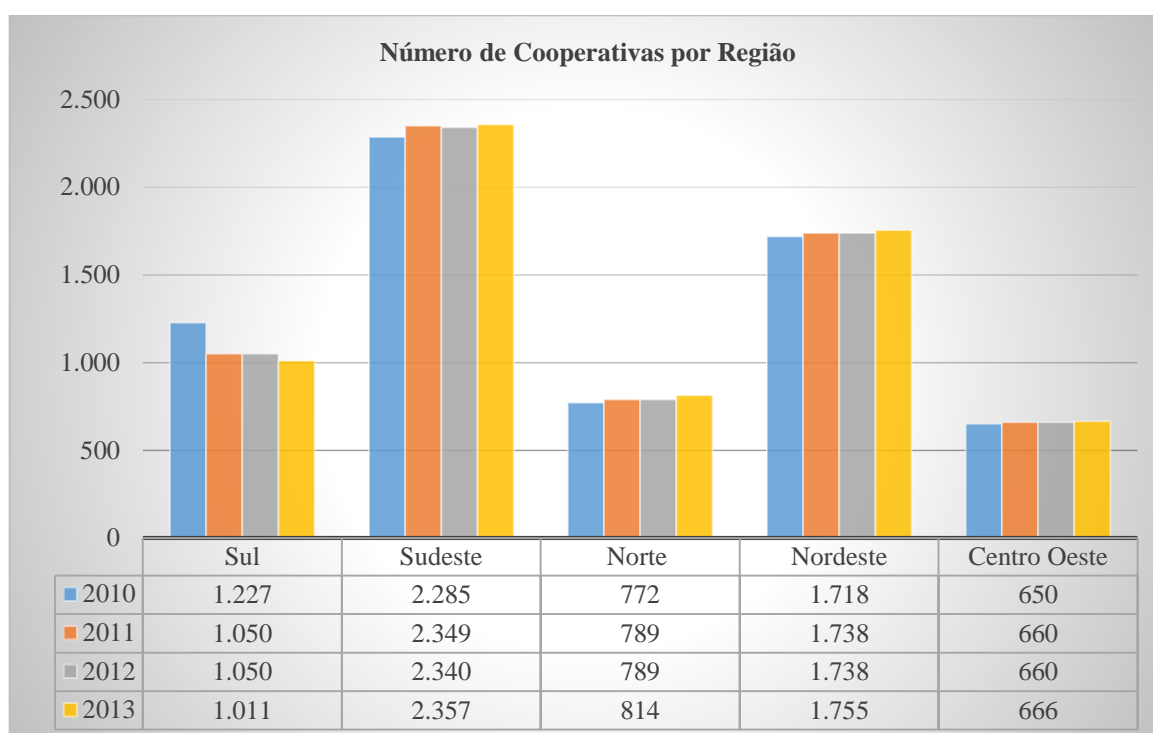


Figura 5: Número de Cooperativas por Regiões no Sistema OCB em 2010; 2011; 2012 e 2013.
Fonte: Elaboração própria autora (2015).

Como se pode constatar pela figura 5, a região Sudeste, em 2013, é a que apresenta o maior número de cooperativas e ainda registrou um aumento de 3,1% em relação a 2010. A região Nordeste vem em segundo lugar, sendo acompanhada pelo Sul, que, apesar de ter tido uma diminuição de 17,6% no total de suas cooperativas, em 2013, se manteve como a 3ª maior região em quantidade desse tipo de sociedade (OCB, d)

Em se tratando do total de cooperados, conforme a figura 6, a Região Sudeste sai a frente, permanece como a que apresenta, maior número, seguido pelo Sul, que fica em 2ª lugar, depois Nordeste, Centro Oeste e Norte.

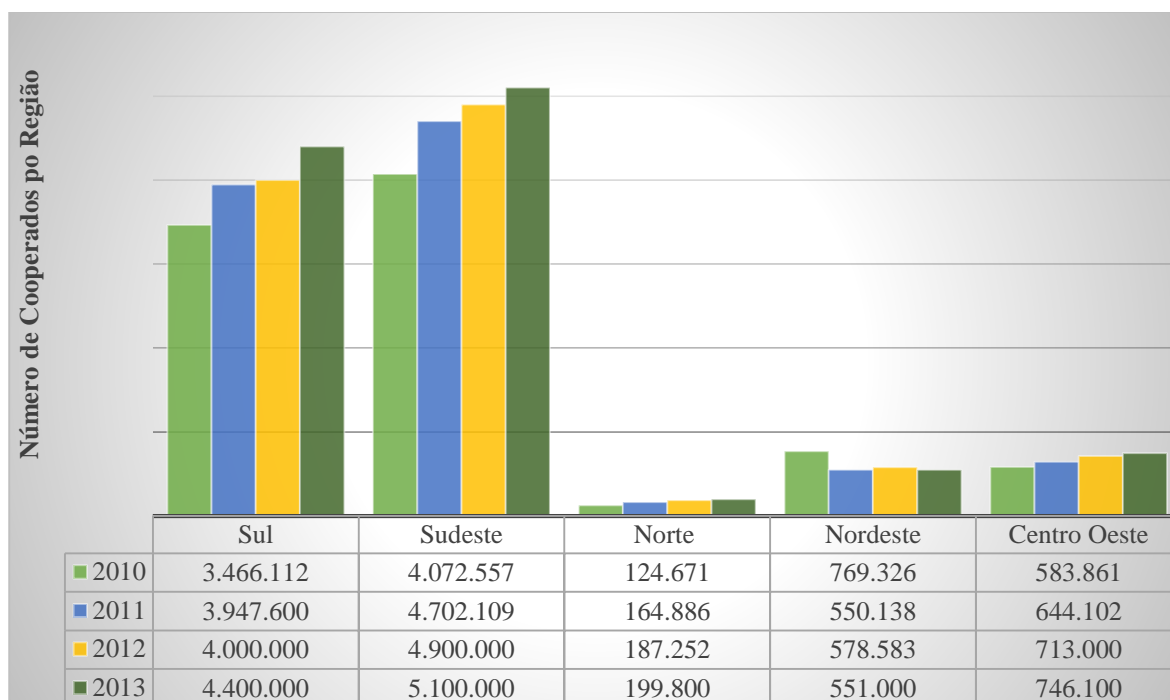


Figura 6: Número de Cooperados por Regiões no Sistema OCB em 2010; 2011; 2012 e 2013.
Fonte: Elaboração própria autora (2015).

Em relação ao crescimento ou redução no número de cooperados, tem-se que a região Sudeste obteve crescimento de 25% entre o período de 2010 a 2013, já a região Sul um aumento de 26%, a região Norte 60%, região Centro Oeste 27% e a única região que teve uma redução no número de cooperados foi a região Nordeste com queda de 28% no total de cooperados.

No Estado de Mato Grosso do Sul, atualmente são 104 cooperativas registradas no Sistema OCB/MS, distribuídas por diversos segmentos econômicos, com grande expressão nos setores de saúde, infraestrutura, trabalho, transporte, agronegócios e crédito. São aproximadamente 170 mil cooperados e cerca de 5.000 funcionários, que representam 9% do PIB Estadual (OCB/MS).

Pode-se também fazer a identificação dos dados por ramos de negócios, os números estão demonstrados pelos 13 segmentos cooperativados em nível nacional, no período de 2001 a 2012, um panorama simplificado para melhor visualização de quais são os ramos que se destacam no sistema cooperativista com o decorrer dos anos.

Tabela 1 – Numero de Cooperativas por Ramos no Brasil de 2001 a 2012.

Cooperativas	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Agropecuário	1.587	1.624	1.519	1.398	1.514	1.549	1.544	1.611	1.615	1.548	1.523	1.561
Consumo	189	170	158	144	147	156	141	138	128	123	120	112
Crédito	1.038	1.066	1.114	1.068	1.101	1.102	1.148	1.113	1.100	1.064	1.047	1.042
Educacional	278	301	304	311	319	327	337	327	304	302	294	299
Especial	7	7	7	9	10	12	12	15	15	12	9	8
Habitacional	297	313	314	356	355	371	381	340	253	242	226	217
Infraestrutura	187	184	172	171	160	161	147	148	154	141	128	129
Mineral	37	40	34	37	44	45	40	53	58	63	69	76
Produção	147	147	113	136	173	200	208	215	226	235	243	241
Saúde	863	880	878	883	899	888	919	894	871	852	846	848
Trabalho	1.849	2.109	2.024	1.894	1.994	1.874	1.826	1.746	1.408	1.024	966	946
Transporte	542	698	706	715	783	896	945	1.060	1.100	1.015	1.088	1.095
Total geral	7.026	7.549	7.355	7.136	7.518	7.603	7.672	7.682	7.261	6.652	6.586	6.603

Fonte: OCB 2012

O número de cooperativas por ramos demonstrados na tabela 1, representa por ano o número de cooperativas abertas, em atividade, em cada ramo de negócio, neste caso observa-se que o ramo agropecuário é o que possui mais cooperativas em funcionamento, seguido pelo ramo de trabalho e de crédito.

Nota-se que devido a fusões dessas, não tem crescimento exponencial em quantidade, pois quando as cooperativas de primeiro grau se unem em prol de melhoria em busca de vantagens para seu ramo, não aumentam em número, mas sim em estrutura, ou seja, a arquitetura cooperativada mediante junção de pequenas cooperativas, transforma-se em seu interior ao ponto que obtêm maiores chances de sobrevivência no mercado, devido a quantidade de concorrentes que atualmente o mercado dispõe.

No somatório do total de cooperativas ativas no país, devido as incorporações nota-se que o número de cooperativas não teve aumento significativo, relacionando assim ao meio encontrado para sobrevivência destas no mercado concorrencial, nos demais ramos pode-se observar a mesma situação, pois houveram alguns ramos que em 2001 sobressaíram aos demais, com o avanço tecnológico e mão de obra assalariada abundante, tornou-se difícil ser um concorrente, os fatores de produção ficam mais baratos, conseqüentemente os preços vendidos no mercado serão mais baixos.

É uma estratégia utilizada para facilitar e melhorar as condições das cooperativas, dos cooperados e dos empregados, vista que podem ser extintas caso não sobrevivam ao mercado concorrencial.

Tabela 2 – Número de Cooperados por Ramos no Brasil de 2001 a 2012.

Cooperados	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Agropecuário	822.294	865.494	940.482	865.173	879.918	886.076	879.649	968.767	942.147	943.054	969.541	1.006.197
Consumo	1.467.386	1.702.387	1.920.311	1.820.531	2.181.112	2.384.926	2.468.293	2.316.036	2.304.830	2.297.218	2.710.423	2.841.666
Crédito	1.059.369	1.127.955	1.439.644	1.890.713	2.164.499	2.462.875	2.851.426	3.215.866	3.497.735	4.019.528	4.673.174	5.487.098
Educacional	73.258	73.223	98.970	66.569	73.951	69.786	62.152	57.331	55.838	57.547	51.534	60.009
Especial	2.064	2.035	2.083	326	529	972	385	531	469	397	393	234
Habitacional	69.668'	73.254	104.908	128.940	91.299	83.633	98.599	78.983	108.695	101.071	99.474	101.288
Infraestrutura	576.299	567.394	575.256	585.857	600.399	624.812	627.523	623.431	715.800	778.813	829.331	899.172
Mineral	48.841	51.231	48.830	48.846	15.212	17.628	17.402	19.975	20.031	20.792	58.891	84.855
Produção	9.892	11.094	9.559	25.490	17.569	20.631	11.553	11.931	11.396	11.454	11.500	11.935
Saúde	327.191	384.215	261.871	326.579	287.868	349.474	245.820	215.755	225.980	246.265	271.004	262.943
Trabalho	284.524	356.089	311.856	346.100	425.181	413.777	335.286	287.241	260.891	217.127	188.644	178.382
Transporte	38.211	44.010	48.552	52.793	50.600	74.976	88.386	90.744	107.109	321.893	143.458	146.783
Turismo e Lazer	150	263	396	1.741	2.917	3.509	1.094	1.116	1.489	1.368	1.468	1.415
Total geral	4.779.147	5.258.644	5.762.718	6.159.658	6.791.054	7.393.075	7.687.568	7.887.707	8.252.410	9.016.527	10.008.835	11.081.977

Fonte: OCB 2012.

Já no que tange ao número de cooperados, com o passar dos anos, uma mudança muito grande observa-se, pois a cada ano que se passa aumenta o número total de cooperados.

Os ramos que saem a frente são o de crédito e de consumo, seguido pelo agropecuário, o que se destaca destes é o ramo de crédito, que a cada ano tem uma grande quantia de cooperados adicionados ao quadro. No ramo de crédito, basicamente, é feita uma reunião das poupanças de seus cooperados para benefício destes, realizando empréstimos a juros mais baixos que os praticados pelos bancos comerciais, facilitando para os seus associados, motivo pelo qual o número é bem maior nesse ramo de negócio.

Os demais ramos, possuem sua importância no mercado, vista que todos, tiveram momentos de expansão e retração no período citado, mas com destaque apenas aqueles que possuem números consideráveis, e aumentos significativos.

Tabela 3 – Número de Empregados por Ramos no Brasil de 2001 a 2012.

Empregados	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Agropecuário	108.273	105.597	110.910	116.919	123.368	123.890	139.608	134.579	138.829	146.011	155.896	164.223
Consumo	7.676	7.873	7.219	7.463	6.938	8.359	8.984	8.813	9.702	9.892	10.968	11.795
Crédito	20.680	21.157	23.291	26.068	20.555	30.396	37.266	38.796	42.802	56.178	33.988	38.132
Educacional	2.720	2.933	2.874	2.827	3.144	2.808	2.913	2.980	3.716	3.349	3.694	3.893
Especial	6	6	6	0	0	6	13	10	9	14	12	12
Habitacional	1.375	1.445	2.472	1.126	1.562	1.153	1.258	1.354	1.406	1.676	1.829	1.471
Infraestrutura	5.431	5.410	5.500	5.299	5.213	5.462	5.867	5.664	6.045	5.775	6.334	6.383
Mineral	34	41	35	27	52	83	77	105	103	144	161	216
Produção	348	326	315	373	323	463	1.427	2.442	2.936	3.669	3.605	3.600
Saúde	20.943	19.152	23.267	28.249	28.599	34.738	41.464	47.132	55.709	56.776	67.156	78.291
Trabalho	483	5.514	4.036	4.154	6.506	5.595	6.682	4.997	4.243	3.879	2.738	2.329
Transporte	5.471	1.941	2.099	2.590	3.411	5.431	5.363	7.640	8.660	10.787	9.712	10.877
Total geral	175.412	171.395	182.026	195.100	199.680	218.415	250.961	254.556	274.190	298.182	296.286	321.467

Fonte: OCB 2012

Os ramos que mais empregam são também o agropecuário e o de crédito, destacando aqui que o da saúde também apresenta aumento no número de empregados do sistema cooperativado, inclusive mais que o de crédito se for fazer o comparativo.

Sendo assim o ramo agropecuário sai a frente, dos demais seguido pelo ramo da saúde e por fim o de crédito, esses são os que possuem uma quantidade maior de empregados em relação as cooperativas ativas. As demais oferecem empregos em proporção menor, mas intimamente ligado a arquitetura de cada um dos ramos, e conseqüentemente a demanda de cada um deles.

CAPÍTULO 2

OS DIREITOS DE PROPRIEDADE DOS ATIVOS NAS COOPERATIVAS E NÃO COOPERATIVAS

2.2. REGULAMENTAÇÃO COOPERATIVISTA

Antes de se chegar à legislação específica do cooperativismo no Brasil houve anteriormente as bases pelo qual está fundamentada atualmente. Segundo Franke (1978) citado por Oliveira (1979, p. 33-34).

1º - No Brasil, foi o Decreto 1.637, de 1907, que deu início ao tratamento legislativo das sociedades cooperativas. Nele, por sem dúvida, se traduz o reconhecimento, por parte do Estado, não só da efetiva existência, como da utilidade de tais organizações. [...] Mas o decreto de 1907 não cogitou de dar-lhes uma forma jurídica própria. Ofereceu-lhes as vestes das sociedades anônimas, das em nome coletivo ou das em comandita, redigidas pelas leis comerciais [...].

2º - Com a superveniência do Decreto 22.239, de 19 de dezembro de 1932, iniciou-se, a nosso ver, uma nova fase no sistema de legislação cooperativista no Brasil. O Decreto 22.239 foi, sem dúvida, uma lei notável para sua época. Os principais requisitos, elaborados pela doutrina, para tipificação do empreendimento cooperativo, acham-se estabelecido nesse diploma.

3º - Sobreveio, em 1966, o Decreto-Lei 59, definindo a política nacional de cooperativismo e modificando a respectiva legislação. Os requisitos tipificadores da sociedade cooperativa foram mantidos nesse diploma, [...], mediante consagração das regras de adesão voluntária, de variabilidade do capital social, da inacessibilidade das quotas-partes, [...].

Devem ser postas em relevo duas inovações contidas no Decreto-Lei 59 e seu regulamento, o Decreto 60.597, de 1967. A primeira consiste na criação do Conselho Nacional de Cooperativismo. A segunda consta do reconhecimento de que "as relações econômicas entre a cooperativa e seus associados não poderão ser entendidas como operações de compra e venda, considerando-se as instalações da cooperativa como extensão do estabelecimento cooperado".

4º - Em 16 de dezembro de 1971, discutido e aprovado o respectivo projeto pelo congresso Nacional, foi promulgada a Lei 5.764, que hoje define a Política Nacional de Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas.

Definindo o cooperativismo como a sociedade de pessoas, sem fins lucrativos, de natureza civil, não sujeitas à falência, restringindo a autonomia dos associados, interferindo na criação funcionamento e fiscalização (FRANKE, 1973).

Ainda de forma não plena, os limites foram superados pela Constituição Federal de 1988, que proibiu à interferência do Estado nas associações dando origem à autogestão do cooperativismo. Neste sentido o papel do Estado como Chiariello (2008) mostra, foi restrito aos incentivos gerais, deixando de regular a gestão propriamente dita das cooperativas. A independência cooperativista em relação ao Estado, se importou com maior autonomia para a preparação de sua gestão, concebeu também a introdução do movimento cooperativista na dinâmica de acumulação de capital.

Dessa forma as cooperativas se individualizaram como a organização de pessoas que se baseiam em valores de ajuda mutua responsabilidade, democracia, igualdade, equidade, solidariedade, os objetivos econômicos e sociais comuns a todos os seus membros (BIALOSKORSKY, 1998).

A influência e importância que a Lei 5.764/71 e a Constituição Federal têm para assegurar os princípios da sociedade cooperativista, e de todos os membros da qual fazem parte, é muito ampla.

O marco jurídico ressalta a natureza distinta de uma cooperativa em relação à empresa capitalista, sendo que na primeira a intenção de suas atividades é a prestação de serviços que atenda às necessidades produtivas e sociais dos cooperados - e não a aferição de lucro monetário. A adesão voluntária à cooperativa se dá mediante subscrição de quotas- partes limitadas para cada associado, incidindo na impossibilidade de transação das quotas. Essa estrutura evita a desproporção entre capitais investidos individualmente pelos cooperados, o que, possivelmente, levaria às deformações na probidade de direitos sobre as sobras dos resultados e instauraria desequilíbrio no poder decisório, se fundamentado em dimensão direta à infusão de capital (CHIARIELLO, 2008).

De acordo com Bialoskorski (2004) no direito de propriedade dos ativos é de extrema importância ressaltar que o cooperado na forma da legislação tem a autonomia limitada. Ou seja, eles formam uma cooperativa cada um tem uma participação, mas os benefícios são públicos e comuns, não se beneficiando inteiramente de seus resultados, ainda não podem negociar suas cotas no mercado comercial, mantendo o sempre na cooperativa por mais que não desempenhe atividade, o investimento está todo no empreendimento, não pode ser retirado nem sofre valorização.

Segundo Bialoskorski, (2004 b, p. 44):

[...] Esses problemas ocorrem em consequência da não definição precisa de direitos de propriedade na organização, uma vez que os usuários são ao mesmo tempo proprietários, e os direitos sobre o resíduo das operações não são definidos claramente, dependem de decisão, não são transferíveis e, portanto, também não sofrem valorização. Em outras palavras o membro e proprietário de uma quota-parte, que não poderá ser transferida livremente em mercados, e, portanto, não permite um processo de valorização, que não irá refletir o real valor da organização e, no horizonte temporal poderá não representar reserva de valor [...]

Nos estudos de Bialoskorsky, observa-se o caráter difuso dos direitos de propriedade nas cooperativas como um obstáculo ao seu desenvolvimento. Para o autor, o cooperado deveria dispor do direito de poder consumir, obter rendimentos ou mesmo alienar algum ativo, transacionando-o no mercado e convertendo-o em unidades monetárias. No entanto, este direito se encontra cerceado pela Lei 5794/71, que não permite a alienação do direito de propriedade da cooperativa. Haveria a necessidade de efetuar nas sociedades cooperativas uma nova equalização dos direitos de propriedade, modificando-se a lei, para dar condições plenas de negociação dos seus ativos (CHIARIELLO, 2008).

Nesse sentido Bialoskorski aduz (1998 a, p. 95):

[...] O cooperativismo no Brasil encontra-se, no momento, em um vácuo jurídico devido à ausência de uma legislação clara e moderna que venha a aperfeiçoar a antiga legislação, com as modificações efetuadas por ocasião do processo constituinte de 1988, ainda não regulamentadas [...]

Consequentemente, nos derradeiros estágios, como coloca Bialoskorski (1998) ou a empresa cooperativa adapta-se a uma nova estruturação que minimize os custos de transação e suas desvantagens frente às outras empresas, constituindo alianças estratégicas com mercado concorrencial ou mesmo transformando-se em uma organização que tenha os direitos de propriedade mais bem estabelecidos, ou extingue-se e se transforma em uma sociedade anônima de capital, ou ainda, é somente liquidada e esvaece.

Em paralelo a esta estrutura é de necessidade identificar as características das demais sociedades que atuam no mercado, a natureza jurídica, formas de controle, como o Terceiro Setor, as Sociedades Anônimas, Sociedades Limitadas, conceituadas de acordo com o Código das melhores práticas de governança corporativa.

Como já citada uma cooperativa, é a sociedade de pessoas, constituídas para prestar serviços aos associados, cuja repartição de resultados está ligada as operações efetuadas pelo sócio, a sociedade é desvinculada da participação no capital e cujos direitos políticos estão vinculados as pessoas e desvinculados da participação no capital (PORTAL DO EMPREENDEDOR).

No Terceiro Setor, se tem organizações sem-fins lucrativos e não-governamentais, como as associações e fundações, ou seja, a missão é prestar serviços de caráter público. São formalmente constituídas, estrutura básica não governamental, gestão própria, sem fins lucrativos e trabalho voluntário não é privado e nem público, mas uma junção para suprir as falhas do Estado e do setor privado no atendimento as necessidades da população de maneira conjunta (PORTAL DO EMPREENDEDOR).

As Sociedades Limitadas, formadas por pessoas ou de capital possuem fins lucrativos, compostas para prover serviços ou mercadorias a terceiros, cuja repartição de resultados e direitos políticos estão ligados a participação no capital, com reduzida composição administrativa, de controles internos e transparência. Não admite acesso a recursos por meio do mercado de capitais (PORTAL DO EMPREENDEDOR).

Para abertura, registro e regulamentação da sociedade limitada, é necessário registro na Junta Comercial e, de acordo com a natureza das atividades constantes, faz-se necessária inscrições em outros órgãos como Prefeitura Municipal, Receita Federal, Secretaria de Fazenda do Estado. O encargo dos sócios é limitado ao valor do capital social, cada sócio tem obrigação com a sua parte no capital social, podendo ser convocado a integralizar as quotas dos sócios que não integralizaram (PORTAL DO EMPREENDEDOR).

Sociedades Anônimas, sociedades de capital com fins lucrativos, fundadas para prover serviços ou mercadorias a terceiros, cuja repartição de resultado e direitos políticos estão ligados a participação no capital, com intrincada composição administrativa e de controles internos e estendida transparência. Admite acesso a recursos por meio do mercado de capitais. Podendo ser de capital aberto ou fechado, segundo os valores mobiliários de sua emissão sejam ou não admitidos a negociação no mercado (CODIGO DAS MELHORES PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA).

Sinteticamente, o quadro resumo, apresenta as principais diferenças entre as cooperativas e as empresas privadas em geral, no que tange a formação da sociedade, a tomada de decisão, o destino dos resultados das entidades, a denominação dada ao resultado, o número de proprietários que possuem o poder em relação a sociedade cooperativa e não cooperativa, além de definir quem são os clientes dessas sociedades e qual a característica em se tratando de falência das entidades em cada caso, tem-se:

Tabela 4 - Principais diferenças entre cooperativas e empresas privadas

Principais Características	Sociedade Cooperativa	Sociedade Não Cooperativa
Quanto a formação da sociedade	Pessoas	Capital
Quanto a tomada de decisão	Voto igualitário	Voto proporcional ao capital
Destino dos resultados	Retorno aos associados	Retorno aos investidores
Denominação dos resultados	Sobra	Lucro
Número de proprietários com poder	Grande	Pequeno

Cliente	Consumidor e proprietário	Só consumidor
Resultados negativos	Não sujeitas a falência	Sujeitas a falência

Fonte: Elaborado pela própria autora (2015).

Pinho (2009) apresenta as principais tendências do cooperativismo afirmando ser algumas das evoluções apresentadas ao longo dos últimos anos e que certamente deve-se fortalecer mais ainda durante os próximos anos que são o incremento do nível de cooperação, a ampliação e o fortalecimento da concorrência, o enxugamento das estruturas, a questão do tamanho ideal, as fusões de cooperativas, o redirecionamento da estrutura de poder, a consolidação da qualidade total, a aceleração da evolução tecnológica, a redução do ciclo de vida dos produtos, serviços e negócios, bem como dos desperdício, a globalização das atividades das cooperativas, o contexto ecológico e a profissionalização dos cooperados e das cooperativas.

Tabela 5 - Ramo Agropecuário. 51 cooperativas integrantes entre as 400 maiores empresas do Agronegócio, em vendas.

Nome	Segmento	Vendas Líquidas - Valor em milhões de US\$	Empregados	Exportação - Valor em mi- lhões de US\$
Cooucarper	Açúcar e álcool	4.556	NI	NI
Coamo	Algodão e grãos	3.416	6.452	1.152
Aurora Alimentos	Aves e suínos	2.253	21.249	459
C. Vale	Aves e suínos	1.845	6.003	203
Lar	Aves e suínos	1.161	6.461	1.161
Cocamar	Óleos, farinha e conservas	1.087	2.282	1.087
Comigo	Algodão e grãos	1.047	2.172	1.047
Cooperativa Agraria	Algodão e grãos	965	1.115	965
Copacol	Aves e suínos	863	7.790	863
Cooxupé	Café	806	1.812	806
Cooperalfa	Óleos, farinha e conserva	760	2.646	760
Integrada	Algodão e grãos	752	1.768	752
Castrolanda	Leite e derivados	733	961	733
Frimesa	Aves e suínos	722	5.440	722
Coopavel	Aves e suínos	682	4.689	683
Coopercitrus	Adubos e defensivos	642	1.785	642

Batavo	Algodão e grãos	614	764	614
Copagril	Aves e suínos	436	2.533	436
Cotrijal	Algodão e grãos	427	NI	427
Cocari	Algodão e grãos	417	1.802	417
Coasul	Algodão e grãos	411	2.171	411
Cotrisal	Algodão e grãos	364	1.153	364
Languiru	Aves e suínos	338	2.491	338
Capal	Algodão e grãos	333	439	333
Coplacana	Adubos e defensivos	322	367	322
Copercampos	Algodão e grãos	315	856	315
Cosuel	Aves e suínos	314	2.009	314
Copérdia	Aves e suínos	311	1.034	311
Cotripal	Algodão e grãos	290	1.886	290
Copasul	Algodão e grãos	245	372	245
Cotriel	Algodão e grãos	228	1.138	228
Cooparaiso	Café	225	NI	225
Camda	Adubos e defensivos	190	635	NI
Bom Jesus	Adubos e defensivos	192	410	192
Camda	Adubos e defensivos	190	635	NI
Holambra	Algodão e grãos	188	344	188
Cocatrel	Café	181	408	181
Cocapec	Café	171	212	171
Cotricampo	Óleos, farinha e conservas	168	710	168
Camnpal	Algodão e grãos	167	404	167
Cotrisel	Algodão e grãos	164	871	164
Expocaccer	Café	159	210	159
Coplana	Adubos e defensivos	147	369	147
Minasul	Café	146	211	NI
Coopermota	Algodão e grãos	140	383	140
Cooperja	Algodão e grãos	135	490	135
Coopa	Leite e derivados	130	396	130
Complem	Leite e derivados	121	852	121
Coprodiá	Açúcar e álcool	120	509	120
Coopeavi	Nutrição e saúde animal	101	463	101
Cooprata	Leite e derivados	93	362	93
	Total	30.787	100.514	20.003

Fonte: Elaborado pela própria autora com dados do Sistema OCB d, retirado da Revista Exame, Melhores e Maiores, 2014.

Observa-se que 12,75% das 400 maiores empresas que fazem parte do ramo do agronegócio no que diz respeito a vendas, são cooperativas, totalizando 51 unidades, segundo a Revista Exame Melhores e Maiores de 2014, que possuem valores expressivos no PIB brasileiro, levando em consideração o total de vendas líquidas, a quantidade de empregados e o valor total das exportações.

A partir dos dados da tabela 5, pode-se afirmar que o cooperativismo tem protagonismo no setor produtivo e financeiro, estando intimamente ligado ao mercado. A relevância do cooperativismo no atual agronegócio brasileiro é grande, dados recentes dão conta de que quase metade (48%) da produção agropecuária vem das cooperativas, sendo que alguns produtos (café e o açúcar) sobressaem aos outros. Em semelhança à produção de animais e produtos de origem animal o cooperativismo é essencial na produção de frangos, de suínos e de leite, e outros, sendo uma área em que o cooperativismo é muito influente. Cooperativas do sul do País têm papel principal na produção de suínos e de aves. A Cooperativa Aurora, em Chapecó, é um exemplo de tarefa cooperativada. No Paraná, funciona a Cooperativa Palotina, a Cooperativa Lar, a Cooperativa de Cafelândia, a de Campo Mourão, a de Maringá e várias outras muito representativas como a Batavo (leite e laticínios) (SNA, 2015).

Tabela 6 - Market Share das Instituições Financeiras Brasileiras* - base dez/2014

Instituição financeira	Ativos Totais	% de Ativos Totais	Depósitos	% de Depósitos Totais	Patrimônio Líquido	% do patrimônio Líquido	Operações de Crédito	% das Operações de Crédito
Banco do Brasil	1.324.464.414	17,73%	469.680.089	23,77%	70.675.464	12,63%	645.028.781	20,89%
Itaú	1.117.848.197	14,96%	310.831.489	15,73%	103.079.063	18,42%	390.476.483	12,65%
Caixa Econômica Federal	1.064.674.796	14,25%	419.338.756	21,22%	26.222.766	4,69%	597.108.812	19,34%
Bradesco	883.438.773	11,83%	212.507.911	10,75%	81.588.015	14,58%	313.669.882	10,16%
Santander	598.224.807	8,01%	143.887.187	7,28%	58.224.926	10,40%	207.049.291	6,71%
Cooperativa de Crédito	201.734.933	2,70%	96.791.890	4,90%	29.279.104	5,23%	89.433.243	2,90%
HSBC	167.971.558	2,25%	57.727.489	2,92%	9.732.307	1,74%	56.241.941	1,82%
Safra	140.675.131	1,88%	9.781.404	0,50%	8.733.555	1,56%	46.547.940	1,51%
Citibank	60.860.588	0,81%	14.278.844	0,72%	6.706.737	1,20%	11.467.018	0,37%
Banrisul	58.933.772	0,79%	34.302.822	1,74%	5.670.031	1,01%	28.678.567	0,93%
Total do SFN	7.470.660.350		1.975.907.221		559.677.447		3.087.589.232	

Fonte: Elaborado pela própria autora a partir dos dados do BACEN, posição 2014.

Tabela 7 - Market Share das Instituições Financeiras Brasileiras* - base dez/2013

Instituição financeira	Ativos Totais	% de Ativos Totais	Depósitos	% de Depósitos Totais	Patrimônio Líquido	% do patrimônio Líquido	Operações de Crédito	% das Operações de Crédito
Banco do Brasil	1.218.525.361	18,55%	491.349.464	26,04%	70.537.212	13,10%	583.349.637	21,25%
Itaú	1.027.324.008	15,64%	282.591.653	14,97%	88.966.202	16,52%	350.693.120	12,78%
Caixa Econômica Federal	858.475.356	13,07%	361.055.188	19,13%	27.373.363	5,08%	485.487.787	17,69%
Bradesco	776.724.294	11,83%	219.022.884	11,61%	71.135.989	13,21%	290.645.062	10,59%
Santander	495.443.913	7,54%	134.467.027	7,13%	63.760.958	11,84%	195.090.085	7,11%
Cooperativa de Crédito	166.244.582	2,53%	80.809.424	4,28%	24.171.363	4,49%	75.472.977	2,75%
HSBC	159.948.239	2,44%	55.003.829	2,91%	10.009.031	1,86%	53.740.961	1,96%
Safra	130.111.584	1,98%	10.180.197	0,54%	7.559.378	1,40%	45.713.543	1,67%
Citibank	54.297.355	0,83%	14.871.484	0,79%	6.851.341	1,27%	10.745.666	0,39%
Banrisul	54.114.488	0,81%	30.898.709	1,64%	5.148.638	0,96%	255.407.900	0,93%
Total do SFN	6.567.291.371		1.887.116.899		538.529.402		2.744.731.987	

Fonte: Elaborado pela própria autora a partir dos dados do BACEN, posição 2013.

Comparando os dados de 2014 em relação aos de 2013, verifica-se que em todos os bancos e cooperativas de crédito os segmentos obtiveram aumento nos números, a base dez/2013 foi menor em comparação a base dez/2014.

No cenário financeiro observa-se que o cooperativismo vem avançando, citando como exemplo o setor de crédito, onde os números vêm aumentando, os ativos totais de 2,53% subindo para 2,70% tendo um aumento de 0,17% correspondendo a R\$ 35.490.351. Há que se observar que a presença das cooperativas de crédito, especialmente no aumento do valor dos seus ativos e participação percentual destes ativos em relação ao mercado bancário, contribui para a dispersão da concentração de crédito no Brasil.

Este dado é relevante, tendo em vista que maior competitividade no setor bancário, emulado neste sentido pela presença das cooperativas de crédito, pode resultar em uma redução dos custos financeiros para tomadores, com diminuição das taxas de juros cobradas e dos custos operacionais. Logo, o debate acerca da arquitetura dos ativos das cooperativas, as de crédito inclusas, passa também pela melhor regulação do mercado financeiro nacional.

Houve crescimento conseqüentemente nos depósitos, no patrimônio líquido e nas operações de crédito. Fazendo um paralelo em relação as outras instituições financeiras, pode-se averiguar que algumas não apresentaram a mesma performance das cooperativas de crédito.

A partir da configuração das diferentes modalidades de empreendimentos supracitados, podemos observar as nuances entre o marco jurídico que reveste a constituição de capital e, ato contínuo, a disponibilidade negocial dos ativos sob a forma de capital transacionável.

É justamente no interior desta diferenciação que reside o debate teórico entre vertentes que discutem os caminhos do cooperativismo no mundo e no Brasil. Como pode-se observar na revisão deste capítulo, alguns autores defendem uma flexibilização da legislação cooperativista, no sentido de permitir o livre fluxo dos capitais investidos nos empreendimentos.

Para tais autores, um dos principais vértices do descompasso das cooperativas em relação ao desempenho e à performance das empresas congêneres reside na rigidez da estrutura de capital das cooperativas. Legalmente e estatutariamente, os empreendimentos cooperativos e os seus sócios não podem dispor do capital convertido em quotas-parte para transacioná-lo ao seu critério, pois a legislação impede que haja liquidez na formação das quotas que totalizam o capital das cooperativas.

Esta rigidez se expande também para o ingresso de capitais na cooperativas, pois o direito difuso sobre a propriedade dos ativos impede que as cooperativas realizem expansão de seu capital mediante venda no mercado aberto de quotas-parte para terceiros, para anônimos, à semelhança de uma S.A.

Assim, as cooperativas podem ficar defasadas em relação às demais empresas de capital, pois uma estratégia fundamental para dinamização da estrutura produtiva das empresas é a disponibilização de ativos para o mercado, realizando a alavancagem financeira no mercado de ações. Tal estratégia é fundamental para viabilizar a ampliação e replicação das plantas industriais e expansão da base de clientes, em âmbito nacional e internacional, como bem procedem as grandes empresas.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É patente a constatação que, para as cooperativas incrementarem sua performance produtiva e galgar patamares elevados na dinâmica concorrencial dos mercados, em especial no agronegócio, devem se espelhar na arquitetura das empresas do setor, no que se refere à sua estrutura de capital.

A adesão das cooperativas à abertura de seu capital, permitindo ingresso de investimentos especulativos, que buscam por remunerações acima da remuneração nas esferas financeiras, seria um dispositivo essencial para emular o desenvolvimento de sua atividade econômica, permitindo autonomia financeira e até mesmo valorização dos ativos totais em meio à valorização das ações em mercados de capitais.

Dessa forma, as cooperativas figura entre as empresas que se destacam nos seus segmentos, e esta abertura de seus capitais paralelamente levaria à uma maior eficiência em sua gestão, pois demais atores, hábeis na dinâmica do mercado, passariam a ser acionistas das cooperativas. Estes atores participariam cada vez mais de sua gestão, imprimindo assim uma dinâmica mais racional ao empreendimento como um todo, causando mesmo um ‘choque de gestão’, passando de uma orientação *Producer oriented* para uma orientação *Market oriented*.

Neste sentido, a aproximação da gestão das cooperativas da gestão impressa pelas empresas líderes de mercado seria um passo decisivo para sua inserção no mercado competitivo,

mas fazendo uso das mesmas ferramentas financeiras e de gestão das líderes, o que permitiria auferir resultados positivos em termos de mercado como um todo.

Entretanto, se pelo prisma da aproximação das cooperativas às empresas de mercado sua gestão seria pautada por uma racionalidade *Market orienter*, pelo prisma da constituição das cooperativas enquanto empresas de caráter social, esta racionalidade poderia comprometer os termos de igualdade e democracia o interior dos empreendimentos coletivos.

Uma prática já adotada em muitas cooperativas no Brasil, que realizaram uma guinada em sua gestão para a racionalidade *business* resultou na desconfiguração das cooperativas de sua face social. Práticas como a exclusão de pequenos produtores, que não conseguem uma performance tal qual grandes produtores, em razão de eficiência de escala ou mesmo limitação de capital, pode ser adotada com estratégia de seleção de sócios ativos, participantes, e que deem o retorno esperado pelas cooperativas.

Os pequenos produtores, que participam com menos intensidade do volume de produção de uma cooperativa, podem ser excluídos do quadro de sócios mediante deliberação da assembleia geral, resultando na expulsão de sócios que muitas vezes tem na cooperativa uma segurança para viabilizar sua produção via assistência técnica e garantia na compra.

Outra estratégia que pode ser feita na condução de uma racionalidade *Market Oriented* é a constituição de todo o núcleo de gestão da cooperativa com profissionais externos contratados. A formatação de um quadro técnico profissional para a gestão das cooperativas pode resultar em uma performance mais eficiente do ponto de vista econômico, mas pode distanciar os associados dos assuntos referentes ao *core business* do empreendimento.

Assim, os sócios paulatinamente vão sendo meramente informados sobre os processos decisórios internos da cooperativa, deixando de participar das discussões e da tomada de decisão. Pode ocorrer o isolamento do sócios e sua desidentificação com a cooperativa, o que, no limite, pode acarretar um sistema de relacionamento meramente funcional do sócio com sua cooperativa, sem uma relação de pertencimento para com o coletivo.

Por fim, a adesão das cooperativas aos ditames do *Market Oriented*, com a saída de pequenos produtores pouco eficientes no nível de planta, e com a formação de um quadro totalmente técnico de gestores com afastamento da base dos sócios, pode resultar no encastelamento de poucos sócios dotados de maior poder econômico. Estes se manteriam na

gestão permanente da presidência e dos conselhos na cooperativa, ocasionando sua manutenção ao longo de vários mandatos, apenas ocorrendo um rodízio entre as funções, mas mantendo o mesmo grupo.

Esta prática, somada ao distanciamento da base de sócios, pode ensejar o assembleísmo nas rodadas de consulta e deliberação na assembleia geral, quando as determinações e decisões já foram tomadas e são comunicadas para a base, sendo a assembleia geral apenas um referendo da tomada de decisão já realizado pela presidência, conselhos e gestores.

Estas ações, desdobramentos da adesão à gestão *Marketing Oriented*, são perfeitamente adequadas, e, por que não, chanceladas, pela flexibilização dos ativos e dos direitos de propriedade das cooperativas. Se aventarmos que com a pulverização dos capitais das cooperativas atores de mercado passariam a ser proprietários de quotas-parte/ações, certamente a porcentagem de capital detido pelos investidores levaria à ruptura do princípio de ‘uma cabeça um voto’, sendo o voto, o poder decisório, proporcional ao volume de capital que os sócios tivessem.

A partir da ruptura do princípio democrático do voto individual, a ingerência dos investidores externos junto às cooperativas seria crescente, culminando no abandono progressivo dos princípios pretéritos do cooperativismo.

De fato, é indispensável que as cooperativas operem em um nível de eficiência que lhes garanta a permanência no mercado e que as sobras direcionadas para os sócios, como remuneração tanto das quota-parte quanto de seu relacionamento econômico com a cooperativa, permitam a perenidade de suas atividades. Entretanto, o debate acerca da gestão dos ativos das cooperativas e a possibilidade de sua transacionabilidade, deve também levar em conta que o empreendimento cooperativo é um empreendimento diverso em relação às empresas de capital.

Sua motivação não reside na apropriação individual do lucro ou na remuneração exclusiva do capital, mas sim na ação coletiva de atores dispostos a realizar uma atividade econômica pautada nos princípios do igualitarismo diante das diferenças, na democracia, no crescimento coletivo e na solidarização dos êxitos e dos problemas.

Assim sendo, o debate sobre a abertura de capital das cooperativas pode vir a desfigurar sua própria gênese, pois impõe ao empreendimento diferenciação entre os associados a partir da dotação de capital, derivando para assimetria de poder, comprometendo a democracia interna

e, no limite, delineando a cooperativa à imagem e semelhança de uma empresa tradicional de capital, não mais um empreendimento coletivo.

REFERÊNCIAS

BIALOSKORSKI Neto, S. **Cooperativas: economia, crescimento, estrutura de capital**. 1998. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1998. 257 p.

BIALOSKORSKI, Neto S. **Economia das organizações cooperativas uma análise da influência da cultura e das instituições**, Ribeirão Preto SP, 2004. 179 p.

BIALOSKORSKI, Neto S. **A Nova Geração de Cooperativas e a coordenação de sistemas agroindustriais**, Ribeirão Preto, FEA-USP, 1999.

CHIARIELLO, Caio L. **Análise da gestão de cooperativas rurais tradicionais e populares: estudo de casos na Cocamar e Copavi**. São Carlos, UFSCar, 2008. 151 p.

CODIGO DAS MELHORES PRATICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA – Disponível em: <http://hotsite.mma.gov.br/redemulheres/wp-content/uploads/CodigoIBGCMelhoresPraticas_2010.pdf>. Acesso em: 17/05/2015.

FRANKE, Walmor. **Direito das sociedades cooperativas: direito cooperativo**. São Paulo Saraiva, Ed. Universidade de São Paulo, 1973.

MOTCHANE, J. L. **Economia social e economia solidária: álbi ou alternativa ao neoliberalismo?**. Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br>>. Acesso em: 25/02/2015.

OLIVEIRA, Nestor B. **Cooperativismo: guia prático**. Porto Alegre. Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, 1979.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO BRASIL – OCB. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/index.asp>>. Acesso em: 15/12/2013. a

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO BRASIL – OCB. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/ramos/institucional.asp>>. Acesso em: 15/12/2013. b

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO BRASIL – OCB. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/ramos/estatisticas.asp>>: Acesso em: 15/12/2013. c

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO BRASIL – OCB. Disponível em: <http://www.brasilcooperativo.coop.br/GERENCIADOR/ba/arquivos/revista_exame___maiores_e_melhores_cooperativas_%282%29.pdf> Acesso em: 06/05/2015. d

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO BRASIL/MATO GROSSO DO SUL - OCB/MS. Disponível em: <<http://www.ocbms.org.br/conteudos/ocbms>>. Acesso em: 15/12/2013.

PINHO, Djalma de P. R. de. **Manual de gestão das cooperativas**: uma abordagem prática. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2009.

PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO - Disponível em <<http://cooperativismodecredito.coop.br/2015/04/cooperativismo-financeiro-cresceu-22-em-2014/>>. Acesso em: 29/04/2015.

PORTAL DO EMPREENDEDOR – Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/sociedades-empresarias-limitadas>>. Acesso em: 17/05/2015.

SISTEMA DE CREDITO DAS COOPERATIVAS DO BRASIL – SICOOB. Disponível em: <<http://www.sicoob.com.br/>>. Acesso em: 05/01/2015.